> Lucro líquido recorrente dos últimos 12 meses é de R$ 561 milhões, aumento de 18%

> Considerando efeitos não recorrentes e não caixa, prejuízo líquido contábil no 3T26 é de R$ 456 milhões, decorrentes dos ajustes provocados pela Lei 15.525

> Resultado de subscrição alcança R$ 121 milhões, 4% superior ao 3T25

> Nos últimos 12 meses, resultado de subscrição tem alta de 35%, acumulando R$ 844 milhões

> Índice de Solvência Regulatória fecha o trimestre em 333%, 82 p.p. acima do verificado no 3T25

> Índice de sinistralidade é de 64,4%, com destaque para terremoto na Colômbia, que levou sinistralidade no exterior a 111%

> Resultado financeiro e patrimonial atinge R$ 178 milhões

O IRB(Re) registrou lucro líquido recorrente de R$ 74 milhões no terceiro trimestre de 2026 (3T26), número 25% inferior na comparação com o resultado do 3T25 (R$ 99 milhões). Considerando os últimos 12 meses, o lucro líquido recorrente é de R$ 561 milhões, aumento de 18%. Os números foram divulgados hoje (12/11), conforme a Visão Negócio (padrão aplicável às instituições autorizadas a funcionar pela Susep). No acumulado dos últimos 12 meses, o lucro líquido recorrente da carteira P&C do IRB(Re) foi de R$ 572 milhões.

“O terceiro trimestre traz um resultado contábil impactado por efeitos relevantes, mas que não representam uma deterioração da nossa operação. Pelo contrário, quando olhamos para os fundamentos do negócio, continuamos vendo uma companhia sólida, rentável, bem capitalizada e avançando na construção de novas avenidas de crescimento”, afirma Marcos Falcão, CEO do IRB(Re).

No trimestre, o prejuízo líquido contábil foi de R$ 456 milhões, como resultado de efeitos não recorrentes e que não afetam o caixa da companhia. O IRB(Re) vem reportando os efeitos da reforma tributária em seus números e, neste trimestre, o impacto no resultado foi de R$ 41 milhões. Além disso, no fim de setembro, foi sancionada a Lei 15.525, que altera a tributação aplicável às resseguradoras locais.

“As mudanças tributárias recentemente aprovadas melhoram estruturalmente a competitividade das resseguradoras locais, corrigindo parte de uma assimetria histórica do mercado brasileiro. Na nossa visão, é um avanço estrutural para o mercado de resseguros no Brasil, pois um mercado local de resseguros forte é estratégico para o desenvolvimento do mercado segurador no país. No curto prazo, essa mudança provoca impactos contábeis sobre nossos ativos fiscais diferidos. Mas, economicamente, significa uma carga tributária mais justa para o IRB(Re) nos próximos anos”, observa Falcão.

Na prática, a atual alíquota nominal combinada de 40% vai passar para 34% em 2027 e, posteriormente, para 24% em 2030. A redução exigiu uma remensuração dos ativos e passivos fiscais da companhia, o que resultou em uma baixa contábil parcial de aproximadamente R$590 milhões, sendo cerca de R$506 milhões reconhecidos no resultado e R$85 milhões no patrimônio líquido.

“Quero reforçar três mensagens. Primeiro, trata-se de um efeito não recorrente. Segundo, é um efeito não caixa. E terceiro, essa baixa não altera a capacidade operacional nem os indicadores de solvência da companhia. Na realidade, ela decorre justamente de uma mudança que reduz a tributação futura do IRB(Re)”, explica Thays Vargas, diretora de Controle e Finanças.

Resultado de subscrição soma R$ 121 milhões

O resultado de subscrição somou R$121 milhões no 3T26, 4% superior ao 3T25. Principal motor da companhia, P&C avançou 12% no resultado de subscrição, chegando a R$ 117 milhões no 3T26, enquanto Vida registrou R$ 4 milhões. O mercado local cresceu de R$ 81 milhões no 3T25 para R$ 228 milhões no 3T26, principalmente pelos resultados do segmento Patrimonial. Em contrapartida, no mercado internacional, o resultado de subscrição foi negativo em R$ 107 milhões, também explicado pelo resultado negativo da linha Patrimonial, afetado pelo terremoto na Colômbia.

“A disciplina de nossa subscrição mostrou-se particularmente importante diante dos eventos climáticos do período. O terremoto ocorrido na Colômbia, mercado estratégico para nós, produziu impacto de R$ 90 milhões para a companhia no trimestre, o que aumentou a sinistralidade, mas não afetou materialmente a nossa trajetória de resultados. Eventos dessa natureza reforçam a importância da diversificação e da adequada precificação dos riscos, estratégias que foram testadas com sucesso neste trimestre”, destaca Daniel Volpe, diretor Técnico e de Retrocessões.

O resultado global de subscrição mantém uma trajetória de evolução. Nos últimos 12 meses, os R$ 844 milhões registrados apresentam um crescimento de 35% em relação aos R$ 626 milhões reportados no mesmo período do ano anterior. “Como consequência direta dessa evolução operacional, o lucro líquido também manteve sua trajetória de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho se reflete ainda na estabilidade do Índice Combinado Consolidado, que permaneceu em torno de 93%”, reforça Volpe.

O prêmio retido encerrou o 3T26 com R$ 868 milhões, mesmo nível do 3T25, de R$ 866 milhões. Já nos últimos 12 meses, foram registrados R$ 3,4 bilhões em prêmios retidos, em comparação com R$ 3,6 bilhões no mesmo período do ano anterior. No segmento Patrimonial, foi reportado crescimento de R$ 251 milhões, observado tanto nas operações do Brasil quanto do exterior, enquanto a redução dos prêmios no segmento Rural refletiu o ambiente desafiador enfrentado pelo setor agrícola brasileiro.

No trimestre, a sinistralidade totalizou 64%, frente a 61% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. O índice de sinistralidade no segmento Brasil foi de 34% no 3T26, comparado a 59% no 3T25, enquanto o índice de sinistralidade no exterior encerrou com 111% no 3T26, superior ao índice de 65% do 3T25, em consequência das sinistralidades da linha Patrimonial afetadas pelo terremoto na Colômbia.

Resultado financeiro e patrimonial atinge R$ 178 milhões

Neste trimestre, o resultado financeiro e patrimonial somou R$178 milhões, 4,4% inferior quando comparado ao 3T25. O resultado financeiro de R$166 milhões foi impactado pelo desempenho desfavorável de ativos indexados à inflação e pelo menor volume de ativos sob gestão.

A companhia concluiu o 3T26 com R$ 8,3 bilhões sob gestão. Desse total, 62% estão aplicados em reais, no mercado onshore, e 38% em dólar e outras moedas, no mercado offshore. Nos últimos 12 meses, as duas carteiras de investimento geraram resultado de R$ 704 milhões: R$ 564 milhões vieram da carteira onshore e R$ 140 milhões da offshore.

“O resultado financeiro e patrimonial dos últimos 12 meses totalizou R$ 680 milhões, em que destaco três efeitos: a despesa de R$ 42 milhões em variação cambial, decorrente da apreciação do real; a receita de R$ 58 milhões, principalmente pelo repasse da taxa de gestão da IRB(Asset); e as despesas financeiras de R$ 41 milhões, sobretudo pelo custo das debêntures. Cabe lembrar que as despesas financeiras serão reduzidas significativamente após 15/12 com o pagamento da última parcela das debêntures”, observa Paulo Valle, diretor-geral da IRB(Asset).

Solvência segue em evolução

Considerando a gestão de capital do IRB(Re), o índice de solvência regulatória ao longo dos últimos trimestres mantém-se em evolução, alcançando o patamar de 333% em setembro de 2026. O dado representa um crescimento de 82 pontos percentuais em relação ao 3T25. A suficiência de

patrimônio líquido ajustado, em valores absolutos, atingiu o montante de, aproximadamente, R$ 2 bilhões neste trimestre, em comparação com R$ 1,5 bilhão no 3T25.

“Este crescimento consistente do indicador segue como reflexo dos resultados positivos apresentados ao longo dos últimos anos, em linha com a disciplina operacional da companhia. Destacamos ainda que as iniciativas estruturantes em curso trarão um cenário de maior otimização do capital do grupo e que o índice de solvência tem se mostrado satisfatório tanto do ponto de vista regulatório quanto em nosso modelo interno, que considera uma modelagem mais conservadora”, diz Debora Tavares, diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade do IRB(Re).

IFRS 17

O IRB(Re), além de reportar seus números considerando a Visão Negócio da IFRS 4, utilizada pelo regulador setorial, a Susep, publica seus resultados em IFRS 17, metodologia adotada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Considerando o IFRS 17, o resultado recorrente da companhia no 3T26 foi positivo em R$ 80 milhões, ante desempenho positivo de R$ 112 milhões no 3T25. Considerando os efeitos não recorrentes da Lei 15.525, o resultado é negativo em R$ 426 milhões. Já o resultado da prestação de serviços de resseguros totalizou R$ 39 milhões no trimestre, abaixo dos R$ 128 milhões observados no terceiro trimestre do ano anterior.

A Análise de Desempenho completa está disponível no site de Relações com Investidores da companhia (www.ri.irbre.com).

Fonte: IRB(Re), em 12.11.2026